

A ficcionalização da história em *História do cerco de Lisboa*, de José Saramagoⁱ

Karen Lorrany Neves Adorno*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a ficcionalização da História presente no romance saramaguiano *História do cerco de Lisboa* ([1989] 2017), à luz da metaliteratura. Para versar sobre tal questão, abordada no interior da diegese, fez-se necessário tocar nos conceitos de *vestigio*, de *reconfiguração*, de *ficcionalização*, de *historicização* e de *imaginário* de Paul Ricoeur, inseridos em sua obra *Tempo e Narrativa* ([1983] 2019).

Palavras-chave: *História do cerco de Lisboa*. Vestígio. Ficcionalização. Reconfiguração.

Abstract: This work discusses the fictionalization of the History present at the Saramagian novel *The History of the Siege of Lisbon* ([1989] 2017) with a metaliterature approach. In order to argue about such matter, also approached within the diegesis, Paul Ricoeur's concepts of *vestige*, *reconfiguration*, *fictionalization*, *historicization*, and *imaginary* are addressed according to his work *Time and Narrative* ([1983] 2019).

Keywords: *The History of the Siege of Lisbon*. Vestige. Fictionalization. Reconfiguration.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo la discusión de la ficcionalización de la Historia presente en el romance saramaguiano *Historia del Cerco de Lisboa* ([1989] 2017) sobre la luz de la metaliteratura. Para discurrir sobre esto, dentro de la diegesis, fue necesario usar los conceptos de *vestigio*, *reconfiguración*, *ficcionalización*, *historicización* e *imaginario*, de Paul Ricoeur, contenidos en su libro *Tiempo y Narración* ([1983] 2019).

Palabras-clave: *Historia del Cerco de Lisboa*. Vestigio. Ficcionalización. Reconfiguración.

Introdução

ⁱ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria.

* Doutoranda em Estudos Literários na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) pela linha de pesquisa Literatura, Cultura e Interdisciplinaridade. <http://orcid.org/0000-0002-4463-6145> / karadorno@gmail.com



O debate sobre a tênue linha entre Literatura e História não foi fruto da modernidade; essa questão já remontava à Antiguidade clássica. Aristóteles distinguiu as funções atribuídas ao poeta e ao historiador em sua *Poética*. Segundo ele “se torna óbvio que a função do poeta é não contar o que aconteceu, mas aquilo que poderia ter acontecido, de acordo com o princípio da verossimilhança e da necessidade” (ARISTÓTELES, 2004, p. 52). Assim, os papéis entre um e outro se diferem “pelo facto de um relatar o que aconteceu e outro o que poderia acontecer” (ARISTÓTELES, 2004, p. 52).

Todavia, se a origem dessa controversa separação não surgiu na modernidade, sem dúvidas, foi legado dela repensá-la. A mudança da concepção positivista da história e seus rígidos moldes que buscavam a construção de uma narrativa histórica objetiva teve grande influência nesse ponto. “Hoje sabe-se bem que é vã essa expectativa de ressuscitar integralmente o passado. Porque há fendas, lacunas e silêncios que são objetivamente irrecuperáveis, pois faltam fontes e documentos para tal” (CERDEIRA, 2018, p. 25). A História, portanto, “se constitui como uma indagação sobre a verdade, mas que o resultado é sempre parcial, comprometido com o sujeito do enunciado, com o tempo do discurso, e, por isso mesmo, plural” (CERDEIRA, 2018, p. 24).

O aprofundamento dessas questões proporcionou uma ampliação tanto dos domínios pertencentes ao historiador, como também do papel legado ao poeta¹. À vista disso, o poeta começa a se imiscuir nos domínios do historiador, compondo não só aquilo que poderia ter acontecido, segundo Aristóteles, mas também aquilo que aconteceu; outras vezes, aquilo que aconteceu *entrecruzado* por aquilo que poderia ter acontecido. A inclinação que a História apresenta pelo literário e a fascinação do literário pela História oportunizam cada vez mais a afluência entre ambos. Literatura e História se adentram mais e mais um no mundo do outro e “se a História tende assim para o literário, não é menos evidente que a ficção, de modo geral, sonhe penetrar nos domínios seguros da verdade histórica” (CERDEIRA, 2018, p. 27).

¹ O termo “poeta” está a ser usado no sentido aristotélico, como aquele que compõe a intriga.

Para que a História recebesse a ficção, e vice-versa, sem reagir contra ela, tornou-se importante um aperfeiçoamento da sua área. “A ciência histórica conheceu, desde há meio século, um avanço prodigioso: renovação, enriquecimento das técnicas e dos métodos, dos horizontes e dos domínios” (LE GOFF, 2013, p. 26). Com a Nova História, o fazer histórico passa a considerar o passado não como uma verdade irrefutável de um acontecimento, e sim como uma interpretação de algo distante, que possui as suas contradições, os seus espaços em branco e nunca está isento da intencionalidade do historiador. Segundo Roani (1998):

O surgimento da História Nova trouxe consigo a certeza de que a ressurreição integral do passado, pretendida pelos historiadores não pode ser plenamente concretizada, pois existem lacunas, fendas, vazios e silêncios que são irrecuperáveis por mais rigorosa que seja a investigação histórica. Por causa disso, o discurso histórico configura-se como um trabalho organizado com base em fontes selecionadas em detrimento de outras [...] A corrente da História Nova questiona esses conceitos absolutos, pela consciência de que, em História, tudo é discurso sobre algo que aconteceu ou que acontece com o ser humano. Discurso elaborado através de uma narração que, imaginariamente, no momento presente, lança-se à tentativa de resgatar e recompor o real do tempo passado (p. 31).

É, justamente, sobre essas questões apontadas que se equilibra o romance *História do cerco de Lisboa*, de José Saramago. A obra se sedimenta como um questionamento histórico, em que as próprias intencionalidade e veracidade da historiografia não deixam também de serem interpeladas. A personagem Raimundo Silva, um simples e dedicado revisor, enquanto inspeciona o manual histórico *História do cerco de Lisboa*, é invadido pela tentação de alterar uma passagem histórica, colocando no lugar de um “sim” um “não”.

Essa atitude do revisor faz com que os cruzados “não” ajudem os portugueses na tomada de Lisboa aos mouros. A profanação do fato histórico e a violação da sua condição objetiva de corretor desencadeiam uma série de ações dentro da narrativa. Uma delas é a contratação da revisora chefe Maria Sara, encarregada de acompanhar todas as revisões feitas pelos corretores. De fato, é por instigação de Maria Sara que Raimundo se lança à empreitada de composição de uma nova versão da história do cerco de Lisboa; uma em que realmente os cruzados tenham deixado os portugueses à sorte.

Em sua transposição de revisor para autor, Raimundo vive toda a problemática concernente à frágil linha que se coloca entre a História e a ficção.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo discutir a justaposição entre a ficção e a História, abordada no romance saramaguiano, a fim de desnudar qual o papel do *imaginário*, do ficcional, na *reconfiguração* do passado lusitano. Para tratar dessas questões imbricadas, tomamos como amparo teórico os conceitos de *vestígio*, de *imaginário* e de *reconfiguração* presentes nos pressupostos de Paul Ricoeur e inseridos em sua obra *Tempo e Narrativa* ([1983] 2019). Ressalta-se, porém, que, nesse caso, optamos por fazer o uso dos conceitos de P. Ricoeur aplicados ao mundo da ficção, ao domínio intradieгético, que se materializa através da metaliteratura, e não do mundo físico/real.

Ficcionalizar a História e historicizar a ficção em *História do cerco de Lisboa*

Seguindo os *vestígios* deixados pelo passado histórico da tomada de Lisboa aos mouros, Raimundo *ficcionaliza* a História na mesma medida em que, ao final de sua jornada, *historiciza* a ficção. Ao visitar e *reconfigurar* o passado histórico por intermédio do presente narrativo, o revisor demonstra a importância do *imaginário* para preencher essas lacunas. Desse modo, ele se apropria da História para entremeá-la de ficção. A ação resulta de um enfrentamento da História oficial em que se nega “um facto histórico absolutamente incontroverso” (SARAMAGO, 2017, p. 365), que foi o nascimento do reino português e, conseqüentemente, do sentimento de nacionalidade fomentado pelo rei cristão D. Afonso Henriques.

Segundo Ricoeur (2019), as relações estabelecidas entre História e ficção são complexas, servindo-se uma da outra para se completar e se complementar. Deste modo, a “história se serve de alguma maneira da ficção para refigurar o tempo, e em que, por outro lado, a ficção se serve da história com o mesmo intuito” (RICOEUR, 2019, p. 311-312). No caso de *História do cerco de Lisboa*, Raimundo Silva se vale tanto da ficção quanto da História não só para refigurar o tempo, mas também para refigurar o passado,

criando uma história modificada do cerco de Lisboa para, então, poder ser “outra”. As trocas entre a História e a ficção proporcionam um *entrecruzamento* entre ambas, em que elas se compõem reciprocamente em suas intenções:

Por entrecruzamento entre a história e a ficção, entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica como epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando de empréstimo a intencionalidade da outra (RICOEUR, 2019, p. 311).

O entrecruzamento da História e da ficção pode ser compreendido como uma estrutura ampla e fundamental, que está relacionada à teoria do conhecimento. Ele se torna necessário para que, tanto a História como a ficção, concretizem os seus objetivos elementares. A intersecção entre História e ficção levanta outra discussão de extrema importância, que é a relevância do “papel do imaginário na perspectiva do passado tal como ele foi” (RICOEUR, 2019, p. 312).

O imaginário inserido nas lacunas históricas propicia uma oportunidade de remodelar aquilo que antes estava soterrado, não como verdade incontestável – uma vez que nem mesmo o historiador carrega mais consigo tal pretensão à verdade, quem dirá o poeta – e sim como o *possibilis*. Mediante esse processo é que se desencadeia a *reconfiguração* do passado histórico. O material imaginário, por intermédio da ficção, flui pelos interstícios históricos, reinventando e reescrevendo a memória de um passado utópico. Raimundo, assolado pela tentação de colocar um “não” no lugar de um “sim”, reconfigura a história da conquista de Lisboa. Ele a transforma em uma “verdade outra”, uma verdade daquilo que aconteceu, justaposta àquilo que “poderia ter acontecido” (RICOEUR, 2019, p. 327):

com mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar, alguém teria de vir contar a história nova, e como [...] (SARAMAGO, 2017, p. 53).

É, com efeito, o entrelaçamento entre história e ficção, em *História do cerco de Lisboa*, um complexo processo de costura de fatos históricos com ficcionais, que permeia os períodos lacunares da História com o ficcional. Porém, tal dinâmica parece permitir – a nível mais abrangente – que haja uma interferência e uma desestabilização daquilo que foi “dito” pela História oficial. Isto é, à medida que os segmentos da história e da ficção se cruzam, não se trata somente de usar o expediente ficcional para preencher lacunas, fendas, vazios ou silêncios do discurso histórico, e sim, de maneira crítica, questionar a solidez e a segurança do discurso histórico.

Exige-se, destarte, que, para permear os não ditos da História de ditos ficcionais, haja uma digressão ao momento que se pretende reinscrever. Por conseguinte, essa preocupação que Raimundo Silva possui de recuperar e de reelaborar o passado sob uma nova perspectiva, tomando o tempo presente como base fundamental para repensar o passado, se edifica mediante a perseguição dos vestígios deixados. Para esmiuçar o passado, ele recua à Lisboa medieval em seus devaneios. Com a digressão de Raimundo, os tempos se confundem; não sabemos mais se é ele que se transporta para a Lisboa do século XII ou se é esse tempo distante que se instala na Lisboa do presente narrativo:

Agora o telefone não deve tocar, que nada venha interromper este momento antes que ele por si mesmo se acabe, amanhã os soldados reunidos no Monte da Graça avançarão como duas tenazes, a nascente e a poente, até à margem do rio, passarão à vista de Raimundo Silva que mora na torre norte da porta da Alfôfa, e quando ele assomar ao eirado, curioso, trazendo uma rosa na mão, ou duas, gritar-lhe-ão de baixo que é demasiado tarde, que o tempo não é mais de rosas, mas de sangue final e de morte (SARAMAGO, 2017, p. 268- 269).

Diante da indiferenciação temporal, o passado, o presente e o futuro se misturam enquanto Raimundo persegue os vestígios do cerco à Lisboa. Cabe aqui falar sobre os paradoxos agostinianos do tempo. Santo Agostinho “confia à memória o destino das coisas passadas e à expectativa das coisas futuras” (RICOEUR, 2019, p. 23). Dessa resolução, ele fundamentou a sua teoria amparado em três tempos: o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras. Reverbera aqui a ideia de um presente “ampliado e dialetizado”, recriado por Raimundo ao perpetuar uma imagem do passado. E essa imagem consiste em algo já existente, ela está impressa na memória, uma vez que pertence ao presente do passado. “O que constitui enigma é a

própria estrutura de uma imagem que ora vele como vestígio do passado, ora como sinal do futuro” (RICOEUR, 2019, p. 25). Como uma espécie de *puzzle*, o passado deixou as suas marcas (aparentes ou não) e cabe a Raimundo perseguir essas peças para, enfim, exumá-las e montá-las. Contudo, há partes desse *puzzle* passado que não podem ser restituídas ao seu lugar, e é nesses espaços vazios que o corretor, que se quer autor, insere a ficcionalidade.

Ora, Raimundo Benvindo da Silva se lança sobre um processo arqueológico, e mesmo que ele seja desconhecedor dos métodos historiográficos, impõe, profissionalmente, um trabalho de apuração de fontes históricas antigas. Ele *retorna* à origem e persegue, de trás para frente, qualquer fio histórico que foi deixado solto. Investiga e deduz, amparado em outros documentos, os caminhos que poderiam ser tomados além daqueles mesmos que estavam escritos: “Irá pois Raimundo Silva voltar atrás no livro, retomar a já comentada arenga para lê-la nas entretelas, limpá-la de excrescências, adornos e proliferações até a deixar reduzida ao tronco e às pernas principais” (SARAMAGO, 2017, p. 140).

A importância da busca dos *vestígios* está em encaixar as peças do passado com a finalidade de desenterrar os seus segredos, de conhecer as suas origens e de interpretar as suas lacunas. Ao investigar o rastro histórico da memória ancestral da primeira conquista portuguesa e ao preencher os sinais apagados pela ficção, Raimundo oferece um novo formato aos acontecimentos, melhor dizendo, ele *refigura* a História em história. Sobre esse trabalho de perseguir o pretérito por meio de documentos e arquivos, pondera Raimundo, através da voz do narrador, a seguinte questão:

Porém, o mal das fontes, ainda que verazes de intenção, está na imprecisão dos dados, na propagação alucinada das notícias, agora nos referíamos a uma espécie de faculdade interna de germinação contraditória que opera no interior dos factos ou da versão que deles se oferece, propõe ou vende, e, decorrente desta como que multiplicação de esporos, dá-se a proliferação das próprias fontes segundas e terceiras, as que copiaram, as que o fizeram mal, as que repetiram por ouvir dizer, as que alteraram de boa-fé, as que má-fé alteraram, as que interpretaram, as que retificaram, as que tanto lhes fazia, e também as que clamaram única, eterna e insubstituível verdade, suspeitas, estas, acima de todas as outras (SARAMAGO, 2017, p. 136-137).

Ao rastrear os *traços* deixados pelo passado medieval português, o corretor se depara com a problemática das fontes: os espaços vazios, as contradições, as cópias, as alterações, as de “má-fé” e as de “boa-fé”. No entanto, essa revisitação ao pretérito para transfigurar a História de ficção não pode ser efetivada apenas pela procura documental. Ela deve, além de tudo, se transportar para o espaço onde se desenrolou a h(H)istória, o palco do cerco, o lugar no qual se principiou a primeira conquista portuguesa. Raimundo perfaz as mesmas ruas que, no século XII, foram percorridas pelos mouros e pelos cristãos medievais. Analisa o castelo e vê a Lisboa medieval em cada mínimo detalhe, como se ela não fosse apenas ruínas; até mesmo o cão sempre deitado nas “escadinhas de São Crispim” o faz imaginar os outros antepassados cães que estiveram dentro dos muros sitiados da cidade:

Raimundo Silva vai consultando os papéis, seguindo mentalmente o itinerário, e olha o cão a furto, e é então que se lembra da descrição que o historiador fez dos horrores da fome dos sitiados ao cabo dos meses, não ficou vivo nem cão nem gato, até as ratazanas levaram sumiço, mas afinal, sendo assim, tinha razão quem disse que um cão ladrou naquela serena madrugada em que o almuadem subiu à almádena para chamar os crentes à oração da manhã (SARAMAGO, 2017, p. 76).

Os acontecimentos presentes ajudam Raimundo na revisitação do passado. O efeito da indiferenciação e do rompimento das barreiras temporais o ampara na criação e na recriação de seus personagens, sejam eles históricos ou não. É essa procura investigativa que o corretor empreende nos documentos e no espaço onde outrora ocorreu a disputa entre cristãos e mouros que se solidifica o conceito de *vestigio* de Paul Ricoeur. O *vestigio*, segundo o filósofo, é um fenômeno mais radical do que o do arquivo e o do documento, porque, no vestígio, estão presentes as marcas, visíveis ou não, deixadas pelo passado histórico. Os vestígios são compostos pelas pegadas que podem ser encontradas, analisadas e/ou deduzidas para, enfim, *retraçar* o caminho anteriormente percorrido por homens ou animais:

o vestígio é visível aqui e agora, como sinal, como marca. Por outro lado, há vestígios porque *antes* um homem, um animal, passou por ali; uma coisa agiu. No próprio uso da língua, o sinal, a marca, *indicam* o passado da passagem, a anterioridade da risca, do entalhe, sem *mostrar*, sem fazer aparecer, o que passou por ali (RICOEUR, 2019, p. 203, grifos do autor).

Depois de uma varredura completa nas fontes historiográficas, Raimundo percebe a dificuldade de adentrar nas brechas da História, em que se daria a justificativa de qualquer recusa por parte dos cruzados em ajudar os portugueses a tomar Lisboa. E “neste caso não se trata duma falta de registro, mas da imprecisão que existe” (SARAMAGO, 2017, p. 198). Da inconsistência de tais fatos, surge a oportunidade de harmonizar História e ficção “deste modo ficando mais ou menos conciliado o terminante Não do revisor com o Sim, o Talvez Que e o Ainda Assim de que se fez a história pátria” (SARAMAGO, 2017, p. 198).

Raimundo tem a consciência de que deve habitar nas “entretelas” históricas e, desse jeito, costurar, coerentemente, a sua nova história do cerco de Lisboa. Logo, ele conclui que “não me adianta nada procurar respostas ao Porquê na história a que chamam verdadeira, tenho de inventá-la eu próprio, outra para poder ser falsa, e falsa para poder ser outra” (SARAMAGO, 2017, p. 142). Deve sair dele a justificativa do “não” que os cruzados deram ao rei português, e não da História. Cabe a ele inserir uma “interpretação polêmica”, “um documento inédito” ou “uma releitura” da História do cerco de Lisboa, já que nas “quatrocentos e trinta e sete páginas” do livro que revisava não encontrou nenhuma dessas alternativas, somente “mais uma repetição das mil vezes contadas e exaustas histórias do cerco” (SARAMAGO, 2017, p. 41).

A solução encontrada pelo revisor para manter o equilíbrio entre História e ficção foi a seguinte: grande número dos cruzados não aceitou tomar Lisboa; porém um pequeno grupo decidiu ficar. A conclusão de Raimundo é a de que “a resposta do Porquê” não será atingida por meio da História, não importa o quanto ele persiga os vestígios documentais, e sim por meio da ficcionalidade. Isso nos direciona à outra conceituação de Paul Ricoeur, que se encontra intrinsecamente ligada à ação de Raimundo em *figurar* o passado: a *imaginação*.

O papel do imaginário na perspectiva do passado

Ricoeur (2019) considerou que é por meio do fenômeno do *vestígio* que se atinge o caráter *imaginário* dos conectores que marcam a instauração do tempo histórico. Ora, uma vez que os vazios históricos não podem ser preenchidos de real, recorre-se ao imaginário para realizar o *entrecruzamento* entre a História e a ficção. Desse modo, “o vestígio convida a seguir, a remontar, se possível até o homem, até o animal, que passaram por ali” (RICOEUR, 2019, p. 204). Quando Raimundo se imiscui na História da tomada de Lisboa para justificar a recusa dos cruzados em ajudar o rei português, ele passa a costurar a ficção à História, atando os episódios um a um em um enredo coeso. Ao final, esses dois elementos se justapõem de tal modo que se torna inconcebível separar um do outro.

Para compreender o lugar que a ficção pode habitar dentro dos limites históricos, a personagem segue e remonta as pegadas deixadas pelo passado. A perseguição dos *vestígios* o leva a vãos intransponíveis; porém, é por meio dessas lacunas historiográficas que o colorido da *imaginação* se realiza, a possibilitar que Raimundo faça uma reflexão sobre o passado histórico de maneira a refigurá-lo. Deve-se saber, portanto, que, por mais plástico que seja o processo de refiguração do passado pela imaginação, esse entrecruzamento entre a ficção e a História possui os seus limites. A fim de sustentar uma perspectiva verossímil, Raimundo sabe que a sua função não é a mesma do historiador:

Tem Raimundo Silva clara consciência de que a tanto não podem alcançar os seus limitados dons, em primeiro lugar porque não é Deus, e que o fosse, se mesmo o outro, apesar da fama, não conseguiu nada que se parecesse a este propósito, em segundo lugar, porque não é historiador, categoria humana que mais se aproxima da divindade no modo de olhar, em terceiro lugar, inicial confissão, porque para a criação literária nunca teve convincente manejo da efabulação inventiva de que todos, mais ou menos, participamos (SARAMAGO, 2017, p. 200-201).

O trabalho empregado por Raimundo se diverge do exercido pelo historiador, uma vez que o revisor não possui obrigatoriedade de se ater aos documentos históricos para suplantar os hiatos deixados pelo passado. Por conseguinte, Raimundo trabalha nas entrelinhas e o seu objetivo é refigurar a história através do imaginário, atentando-se em manter uma narração verossímil dos acontecimentos. Além do mais, Raimundo,

enquanto um simples revisor, não possui, pretensamente, a onisciência divina dos historiadores, justifica o narrador, que é “categoria humana que mais se aproxima da divindade no modo de olhar” (SARAMAGO, 2017, p. 201). Em suma, por não exercer a mesma função do historiador, Raimundo Silva também não possui as mesmas responsabilidades com a “verdade histórica”; logo, ele pode abandonar o discurso replicado há séculos e refigurar de forma imaginativa essa passagem histórica já engessada.

Partindo desse princípio, de seguir e de remontar os *traços* de um passado longínquo, chegamos à expressão *retracer* (retraçar). Se tomarmos o verbo em sua língua original, aponta Ricoeur, observa-se que *retrace*, por um lado, remete a *trace*, que pode ser traduzido por traço, vestígio; por outro, o prefixo *-re-* vem somar-se ao significado do verbo *tracer* como refazer, traçar de novo o caminho deixado por algum vestígio. Com efeito, Raimundo Silva retraça o itinerário do cerco; faz de novo o caminho das ações passadas, cria e recria segundo uma nova perspectiva, uma história dentro da própria História. Assim, “o imaginário se incorpora à perspectiva do ter-sido, sem enfraquecer sua perspectiva ‘realista’” (RICOEUR, 2019, p. 312):

Aliás, basta reparar que a versão de que dispomos já leva doze páginas densíssimas, e está claro que Raimundo Silva, que de escritor nada tem, nem os vícios nem as virtudes, não poderia, em um dia e meio, ter escrito tanto e tão variado, que sobre os méritos literários do que fez não há o que falar, por ser isto história, logo ciência, e por carência de autoridade propriamente dita. Estas prevenções novamente se recordam para que sempre tenhamos presente a conveniência de não confundir o que parece com o que seguramente estará sendo, mas ignoramos como, e também para que duvidemos, quando creiamos estar seguros duma realidade qualquer, se o que dela se mostra é preciso e justo, se não será apenas uma versão entre outras, ou pior ainda, se é versão única e unicamente proclamada (SARAMAGO, 2017, p. 172-173).

Ao retraçar a primeira empreitada de conquista lusitana, Raimundo Silva colore o discurso historiográfico com o imaginário para que essa nova “realidade” esteja justa e não venha desaguar em mais uma versão, uma cópia cinza e massiva da original. Para não enfraquecer a técnica realista de representação de sua nova história do cerco, ele elenca uma personagem histórica para acompanhar os planos da conquista de uma perspectiva interior aos acontecimentos: “Forte motivo temos para andar mirando a

estes homens [...] e é esse o motivo, encontrar alguém aqui que possa servir de personagem a Raimundo Silva” (SARAMAGO, 2017, p. 202-203). A figura eleita por Raimundo é um soldado raso que será protagonista da sua história. Deve-se atentar, todavia, que o soldado Mogueime tem a sua imagem e as suas ações ficcionalizadas, visto que o seu nome foi citado pela historiografia oficial.

Tomada a perspectiva de Mogueime por Raimundo, a aproximação de ambos é inevitável. Com isso, os tempos se embarçam; não sabemos mais se foi Raimundo que se transportou para o passado ou se foi o passado que invadiu o presente. O leitor se vê diante de uma indeterminação temporal, uma espécie de tempo unificado que dilui, pouco a pouco, os marcadores temporais. Por consequência, o revisor tem mais liberdade em fantasiar sobre todos os detalhes daquele cerco do século XII. A *presentificação* de Raimundo no passado medieval é tão intensa que ele escuta o chamado do almuadem, a gritar aos mouros o horário de suas orações, sente os cheiros dos corpos pútridos, enfim, preenche de novos elementos e de novas figuras as cenas descoloridas de um passado medieval. Ao acompanhar os detalhes do dia a dia do cerco, Raimundo vai aonde Mogueime foi, vê o que ele viu e sente o que ele sentiu. Retraçando os passos do seu protagonista, além do revisor preencher a sua rotina monótona, ele cria imagens ficcionais que avivam as lacunas históricas:

A este homem haverá de reconhecer-lhe um nome, ele o tem, sem dúvida, como qualquer de nós, mas o problema está em que teremos de escolher entre o que ele supõe ser seu, Mogueime, e outro que lhe darão mais tarde, Moigema, não se pense que tais equívocos só sucediam nas antigas e ignaras idades [...] Esta questão dos nomes não a deveis tomar por insignificante, Raimundo não poderia ser José, Maria Sara não queria ser Carlota, e Mogueime não merece que lhe chamemos de Moigema. *Posto o que poderemos agora aproximar-nos, sentar-nos no chão se apetece, e ouvir* (SARAMAGO, 2017, p. 204-205, grifos nossos).

Podemos perceber a proximidade entre aquele que narra a história e a sua personagem, esse soldado raso das tropas de D. Afonso Henriques, sob o sentido da transferência. “É sempre por meio de alguma transferência do Mesmo para o Outro, em simpatia e em imaginação, que o Outro estranho se torna próximo” (RICOEUR, 2019, p. 316-317). Por via da *reconfiguração* da historiografia portuguesa e dos vestígios deixados pelo passado é que Raimundo proporciona o *entrecruzamento* da História com a ficção.

A perspectiva de Mogueime aderida por Raimundo se mostra imprescindível para alinhar o histórico ao imaginário.

Ao adotar um soldado raso como protagonista de sua nova história, Raimundo Silva provoca um abalo da memória histórica lusitana. E saldando uma dívida histórica, foi graças aos soldados rasos que compunham o exército de D. Afonso Henriques que Lisboa pôde ser conquistada. A “arraia-miúda” não teve seus nomes inclusos na historiografia oficial, não obstante, por meio da nova história do cerco de Lisboa, Raimundo Silva entrega o protagonismo a esses rostos esquecidos. O imaginário possibilita não a reconstrução verídica de um passado, mas a sua *reconfiguração* por outros pontos de vista, sem perder, claro, o seu efeito de veracidade. Ao final, a composição de Raimundo migra da ficcionalização da História para a historicização da ficção. Quer isso dizer que a História deixa de ser a base principal e passa a ser o pano de fundo no qual as personagens ficcionais e ficcionalizadas se movimentam.

Considerações finais

Ao discutir a ficcionalização da História presente no romance saramaguiano *História do cerco de Lisboa*, à luz da metaliteratura, fez-se necessário abordar os conceitos de *vestígio*, de *reconfiguração*, de *ficcionalização*, de *historicização* e de *imaginário* de Paul Ricoeur, presentes em sua obra *Tempo e Narrativa* ([1983] 2019). Esses conceitos estão intimamente conectados entre si dentro da diegese, sendo administrados, inconscientemente, pelo corretor Raimundo Silva.

Raimundo Silva se propõe a escrever uma nova história do Cerco de Lisboa, sob a perspectiva da negativa dos cruzados em ajudar D. Afonso Henriques a tomar a cidade. O “Não” inserido em um fato histórico comprovado abre caminho para que o corretor empreenda uma verdadeira caçada aos *vestígios* históricos deixados pelo passado medieval. Mais do que uma estratégia criada a partir do vazio ou da ambiguidade da história “real”, essa negativa passa a significar uma afirmação clara do ficcional. Notadamente, as imprecisões das fontes documentais favorecem o trabalho de

investigação de Raimundo, dado que, ao *retraçar* os passos dos figurantes daquela h(H)istória, as lacunas e os espaços vazios tornam-se passíveis de serem coloridos pelo imaginário.

Para completar essas falhas deixadas pelo *puzzle* do passado, Raimundo necessita *reconfigurar* a sua nova história através de uma outra fonte: a ficcional. O papel do imaginário é imprescindível para que se concretize o *entrecruzamento* da História com a ficção. Segundo Ricoeur (2019), é mediante o *vestígio* que se atinge o caráter *imaginário* dos conectores que marcam a instauração do tempo histórico. Aquele que *registra* a ficção “trabalha imiscuindo-se nessa zona marcada pela instabilidade e pelo obscuro, não para construir o passado, mas para sonhá-lo com a liberdade criativa, mostrando-o diferente ou mesmo corrigido” (ROANI, 2003, p. 105).

Portanto, o imaginário proporciona não a reprodução de fatos históricos engessados, e sim a sua *reconfiguração* por outros pontos de vista, sem que se abra mão do efeito do real das ações reescritas. O olhar sensível de Raimundo nos possibilita uma perspectivação dos acontecimentos históricos, de modo a reparar mais criticamente nos elementos que construíram a identidade portuguesa. Esfacelam-se as imagens gloriosas da História de Portugal e, ao final, a criação de Raimundo migra da ficcionalização da História para a historicização da ficção. Isto posto, a História deixa de ser o alicerce principal da nova história do cerco de Lisboa composta por Raimundo e passa a ser apenas um lugar complementar do cenário no qual as personagens ficcionais e as ficcionalizadas se movem, lutam, vivem e amam.

Referências

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

CERDEIRA, Teresa Cristina. *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*. Belo Horizonte: Moinhos, 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

REIS, Carlos. *Romance e história depois da revolução – José Saramago e a ficção portuguesa contemporânea*. Atas do XVI Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa (Tomo 1): o tempo narrado*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

ROANI, Gerson Luiz. *O que está envolvido nesse cerco de Lisboa?: uma leitura de História do cerco de Lisboa, de José Saramago*. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

_____. *Espaços que a história tece na ficção de Saramago*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, n. 27, dez., 2003. p. 99-110.

SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Recebido em 21/07/2020.

Aprovado em 07/01/2021.